



Entre políticas para língua, educação e internacionalização do ensino superior na rota bioceânica: reflexões e reflexos em multilateralismo.

Entre políticas lingüísticas, educativas y de internacionalización de la Educación Superior en la ruta bioceánica: reflexiones y reflejos desde el multilateralismo.

On Policies for Language, Education and the Internationalization of Higher Education in the Bioceanic Route: Thoughts and Reflections on Multilateralism.

TAVARES SILVA, Fabiany de Cássia¹, LEAL ORDOÑEZ, Linoel de Jesus² y ARNALDO ORTIZ, Caroline³

Tavares Silva, F., Leal Ordoñez, L. y Arnaldo Ortiz, C. (2024). Entre políticas para língua, educação e internacionalização do ensino superior na rota bioceânica: reflexões e reflexos em multilateralismo. *RELAPAE*, (21), pp. 86-99.

Resumo

O texto aborda reflexões relacionadas à língua, educação e internacionalização do ensino superior no contexto da Rota de Integração Latino-americana (RILA), também conhecida como Rota Bioceânica. Essas reflexões têm origem nos debates e ações estatais envolvendo quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. No âmbito desse debate multilateral, a língua, a educação e a internacionalização emergem como processos cruciais, tornando-se moedas de troca nessa rota. A análise se baseia em pesquisa bibliográfica, utilizando textos científicos que tratam da língua como política linguística, da educação como política educacional e da internacionalização como expansão epistemológica pós-abissal. As técnicas empregadas incluem análise de conteúdo e observação. Os resultados destacam que esses três processos, devido à sua complexidade e foco no desenvolvimento regional, beneficiam grupos sociais envolvidos na Rota. Além disso, reconhece-se o português, o espanhol e o guarani como línguas relevantes para acessar e transitar na educação bioceânica, enquanto a internacionalização é vista como um objetivo a ser cumprido, tomando em consideração a promoção da cidadania regional, da cultura de paz, da diplomacia universitária e do respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Palavras-chave: Políticas Educativas, Políticas Linguísticas, Internacionalização do Ensino Superior, Rota Bioceânica, Multilateralismo.

Resumen

El texto aborda reflexiones relacionadas con la lengua, la educación y la internacionalización de la enseñanza superior en el contexto de la Ruta de Integración Latinoamericana (RILA), también conocida como Ruta Bioceánica. Estas reflexiones se originan en los debates y acciones estatales que involucran a cuatro países: Brasil, Paraguay, Argentina y Chile. En el marco de este debate multilateral, la lengua, la educación y la internacionalización emergen como procesos cruciales, convirtiéndose en moneda de cambio en esta ruta. El análisis se basa en la investigación bibliográfica, a partir de textos científicos que abordan la lengua como política lingüística, la educación como política educativa y la internacionalización como expansión epistemológica post-abisal. Las técnicas empleadas incluyen el análisis de contenido y la observación. Los resultados destacan que estos tres procesos, por su complejidad y su

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação, Brasil / fabiany.tavares@ufms.br / <https://orcid.org/0000-0002-7106-690X>

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação, Brasil / linoel.leal@ufms.br / <https://orcid.org/0000-0003-2706-5923>

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação, Brasil / carolarnaldo@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-2592-4798>

orientación al desarrollo regional, benefician a los grupos sociales implicados en Rota. Además, el portugués, el español y el guaraní son reconocidos como lenguas relevantes para el acceso y tránsito a la educación bioceánica, mientras que la internacionalización es vista como un objetivo a cumplir, teniendo en cuenta la promoción de la ciudadanía regional, la cultura de paz, la diplomacia universitaria y el respeto a la democracia, los derechos humanos y el medio ambiente.

Palabras Clave: Políticas educativas, Políticas lingüísticas, Internacionalización de la enseñanza superior, Ruta Bioceánica, Multilateralismo.

Abstract

The text addresses reflections related to language, education and the internationalization of higher education in the context of the Latin American Integration Route (RILA), also known as the Bioceanic Route. These reflections originate in state debates and actions involving four countries: Brazil, Paraguay, Argentina and Chile. Within the framework of this multilateral debate, language, education and internationalization emerge as crucial processes, becoming bargaining chips on this route. The analysis is based on bibliographical research, using scientific texts that deal with language as a linguistic policy, education as an educational policy and internationalization as a post-abysal epistemological expansion. The techniques employed include content analysis and observation. The results highlight that these three processes, due to their complexity and focus on regional development, benefit the social groups involved in Rota. In addition, Portuguese, Spanish and Guaraní are recognized as relevant languages for accessing and transiting Bioceanic education, while internationalization is seen as an objective to be fulfilled, considering the promotion of regional citizenship, a culture of peace, university diplomacy and respect for democracy, human rights and the environment.

Keywords: Educational Policies, Language Policies, Internationalization of Higher Education, Bioceanic Route, Multilateralism.

1. Introdução⁴.

A Educação em um mundo globalizado parece ter adquirido tanta relevância quanto as migrações e as guerras. Essa importância nem sempre se manifesta por meio de maior acesso ou aumento no orçamento; pelo contrário, pode também ser resultado da precarização das condições de ensino e acesso. Por exemplo, a pandemia de Covid-19 exacerbou essas questões. Além disso, há casos ainda mais preocupantes, como a redução da importância que alguns governos atribuem à Educação, considerada por muitos como um motor essencial para o desenvolvimento. No contexto brasileiro,

A Educação foi fundamental para o desenvolvimento social e econômico brasileiro na primeira década do milênio. Taxas de matrícula mais altas em todos os níveis de ensino, a redução das desigualdades no acesso e a queda nas taxas de analfabetismo significam que os jovens que entram no mercado de trabalho possuem uma formação muito superior do que as gerações anteriores. Entretanto, nos últimos anos, o crescimento econômico e o avanço social estagnaram e, em alguns casos, retrocederam. Mais recentemente, a pandemia da Covid-19 trouxe severo sofrimento humano ao Brasil e mergulhou a economia em outra recessão ainda mais profunda. Os efeitos sociais e econômicos da pandemia atingiram mais duramente os indivíduos e as comunidades mais vulneráveis, aumentando os riscos de pobreza e exacerbando as desigualdades (Todos pela Educação, 2021: 5).

Essa realidade, embora triste, não é exclusiva do Brasil. Países ao redor do mundo enfrentam desafios de maneiras singulares; nem todos têm o mesmo Produto Interno Bruto (PIB) para contar ou os mesmos orçamentos e facilidades para direcionar recursos às áreas necessitadas. Por exemplo,

A crise global da educação causada pela pandemia de Covid-19 é sem paralelo, e seus efeitos sobre o aprendizado foram severos. A pandemia paralisou sistemas educacionais ao redor do mundo, e o fechamento das escolas afetou mais de 1,6 bilhão de estudantes. Embora quase todos os países tenham implementado soluções de ensino remoto, a qualidade e o alcance dessas iniciativas variam muito e, na melhor das hipóteses, foram substitutos parciais do ensino presencial. Agora, 21 meses após o início da pandemia, milhões de crianças e jovens ainda não puderam voltar à escola, e milhões de outros correm o risco de nunca mais retomar os estudos (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, Unesco e Unicef, 2021: 3).

Diante desses desafios, a perspectiva de cooperação internacional entre nações e regiões traz consigo uma dose de otimismo. Essa possibilidade se concretiza por meio de práticas colaborativas e relações multilaterais entre vizinhanças territoriais com histórico compartilhado. Isto cobra sentido no entendimento de que

o campo científico das relações internacionais tem contribuído para aprofundar o conhecimento sobre os processos de integração regional. A União Europeia é a referência de integração que mais revela resultados positivos em termos de unificação dos interesses nacionais em prol dos interesses regionais. Tais êxitos são oriundos de uma política de desenvolvimento regional (PDR) que tem priorizado três eixos: a convergência de interesses dentro dos países e entre eles; a competitividade regional; e a cooperação territorial e econômica europeia. Todos esses eixos são suportados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Prolo, Correia Lima y Canto Moniz, 2019: 5).

A premissa subjacente a este texto considera que as condições concretas da existência humana estão permeadas por diferentes perspectivas sobre suas possíveis formas. Isso implica compreender que a sociedade em que vivemos não é algo estático e definitivo, mas sim o resultado de disputas econômicas, sociais e políticas. Essas disputas têm raízes desde a formação dos Estados, regiões e continentes, e são moldadas pela modernidade, bem como pelo embate entre lógicas capitalistas e tendências progressistas. Tudo isso se insere no contexto das abordagens sobre o que entendemos como desenvolvimento.

Contextos como pandemias, guerras e migrações desempenham um papel crucial na análise da condição histórica em que política, economia e geopolítica acabam por influenciar o destino das nações. Esses eventos moldam as divisões

⁴ Este artigo é resultado das reflexões teóricas relacionadas ao Projeto de Pesquisa **Internacionalização, Desenvolvimento e Circulação do Conhecimento Científico na Área de Educação: Bioceânica Educativa**. Esse projeto foi aprovado e financiado pela FUNDECT MS/Brasil, por meio da Chamada Fundect/CNPq Nº 29/2022.

que identificam e classificam as nações como desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, bem como ativas ou passivas, conforme proposto por Correia Lima e Betioli Contel (2011). Este texto aborda reflexões entre políticas linguísticas, educação e internacionalização nos contextos internacionais. Ao analisarmos os processos e as tentativas de mudanças presentes nas políticas, práticas e tecnologias adotadas pelos países, percebemos que as nações se tornam significantes. Essa significância está relacionada ao que elas podem oferecer em troca. Além disso, essa reflexão sobre políticas linguísticas e educação também reflete as situações singulares de cada país.

Um fator que influencia ou contextualiza o cenário anterior é o resultado das posições pró-globalização e anti-globalização. Essas posições teorizam avanços tanto quantitativos quanto qualitativos, mesmo quando adotam uma perspectiva crítica. Ao considerarmos a internacionalização como um agente da globalização, também reconhecemos que ela é um fenômeno de interesse do capital. Nesse contexto, a internacionalização se entrelaça com as políticas linguísticas e educacionais. Para se internacionalizar, é necessário possuir proficiência linguística e maturidade nos sistemas educacionais.

A internacionalização da educação superior impõe desafios complexos em escala global. As transformações necessárias para se adaptar a esse contexto não encontram paralelo em outras instituições sociais ou políticas de um país, mesmo aquelas igualmente relevantes, como os sistemas de saúde. Por um lado, cada universidade e país concebe e interpreta a internacionalização de maneira particular, e espera-se que, por meio dela, desenvolvam-se e se autogestionem. Por outro lado, é importante reconhecer que nem todas as instituições de ensino superior têm a capacidade de aderir à internacionalização nos mesmos termos, ou seja, considerando-a como a quarta missão da universidade. (Seabra Santos y Almeida Filho, 2012; Leal y Tavares Silva, 2023).

Esse posicionamento implica, por sua vez, não apenas em criticar a internacionalização, mas também em estabelecer conexões com as diversas essências da educação. Essas essências incluem suas tradições teóricas, que, em retrospecto, são influenciadas pelos objetivos da Família, do Estado e da Sociedade. Além disso, essa abordagem abrange a visão da educação como um instrumento de renovação e perspectiva, bem como sua centralização em uma definição específica de 'prática'.

Neste momento histórico, uma definição desse tipo reconfigura a relação entre a compreensão crítica e a realidade econômica atual. Essa conexão é construída a partir de interesses específicos, emergentes de narrativas e práticas relacionadas às transformações projetadas pela Rota Bioceânica. Essas mudanças também afetam o espaço-tempo da Escola, que funciona como um sistema produtivo de serviços, sob a influência de múltiplas forças ideológicas.

Nesta análise, concentramo-nos na área da educação superior, explorando debates que envolvem quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Esses países são chamados a contribuir, dentro dos limites deste texto, para duas finalidades principais: a produção das epistemologias do Sul ou a reprodução das assimetrias que questionam a dinâmica global entre o Norte e o Sul. Em linhas gerais, essa intenção, aliada à expansão da imaginação política, nos leva a repensar o mundo a partir dos saberes e práticas do Sul Global. Esse processo busca traçar novos mapas de pensamento, o que podemos denominar de geopolítica ou pensamento pós-abissal (conforme proposto por De Sousa Santos e Meneses, 2009).

A partir dessa epistemologia pós-abissal, compreendemos, em toda a sua complexidade e foco de desenvolvimento, um pensamento ecológico e um diálogo de saberes específicos da nossa região na América do Sul. Essa perspectiva reivindica uma reorientação e revisão das formações humanas e profissionais no contexto da educação superior, ancorada na internacionalização entre países do Sul global. Nesse processo, as políticas educacionais e linguísticas desempenham um papel central.

Este texto tem como objetivo situar reflexões e reflexos relacionados à língua, educação e internacionalização do ensino superior, tendo como ponto de partida o debate gerado pela Rota de Integração Latino-americana (RILA), também conhecida como Rota Bioceânica. A RILA é um projeto de multilateralismo que envolve quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

A estrutura do texto se divide em três partes. Primeiramente, contextualizaremos especialmente a Rota Bioceânica, explorando os elementos que definem e caracterizam sua criação. Em seguida, apresentaremos algumas questões que fundamentam as políticas linguísticas e educacionais como um campo de conhecimento. Na sequência, abordaremos alguns aspectos relacionados às políticas de internacionalização no ensino superior.

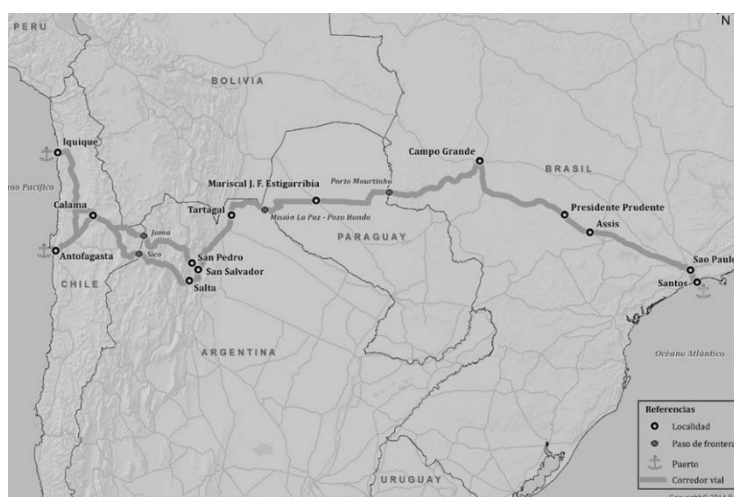
2. Metodologia

Para esta análise, conduzimos uma pesquisa bibliográfica com base em textos científicos publicados na área, bem como em algumas bibliografias que abordam a língua como política linguística, a educação como política educacional e a internacionalização como expansão dentro de uma epistemologia pós-abissal. Entre as técnicas utilizadas, destacam-se a análise de conteúdo e a observação.

3. A Rota Bioceânica como multilateralismo regional

A Rota Bioceânica representa uma proposta inovadora e desafiadora de integração. Sua relevância reside não apenas na conexão entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, mas também na criação de um grupo multilateral colaborativo de estados. Essa rota, idealizada para iniciar em Santos, no estado de São Paulo (Brasil), estende-se até os portos de Iquique e Antofagasta, ambos localizados no Chile.

Figura 1. Traçado da Rota Bioceânica



Fonte: site oficial Rota Bioceânica do estado de Mato Grosso do Sul.

A Rota Bioceânica, apesar de envolver quatro países situados na mesma realidade hemisférica, apresenta desafios significativos. No entanto, não se trata apenas de nações passivas buscando desenvolvimento em relação às nações ativas. Na verdade, estamos diante de quatro países, cada um enfrentando seus próprios desafios em termos de identidade, perspectivas sociais, economia e cultura. Essas regiões poderiam optar por permanecer passivas, mas também têm a oportunidade de se posicionar em uma categoria intermediária, que chamamos de “semiperiférica,” compartilhando condições similares com outras áreas. Por isso,

a partir do contexto desenhado, é possível dizer que a localização das áreas de maior destaque na produção de conhecimento e de informação são elementos essenciais para o estabelecimento de projetos de desenvolvimento de qualquer país. Mais do que isso, aquelas nações que possuem em seus territórios maiores densidades técnicas e organizacionais voltadas para a produção de conhecimento e informação, têm condições mais propícias para influenciar, em seu favor, a divisão internacional do trabalho (Correia Lima y Betioli Contel, ob.cit.: 93).

Na qualidade de corredor bioceânico, as análises iniciais têm se concentrado principalmente nos aspectos econômicos, tanto em sua dimensão inicial quanto na percepção popular. No entanto, o escopo desse debate vai além desses aspectos. A Rota Bioceânica, ao conectar territórios e reduzir o tempo de deslocamento, bem como ao aprimorar a logística de transporte e aumentar a competitividade das exportações para a Ásia, é considerada pela sociedade como uma ‘mega estrada’ – um dos empreendimentos mais relevantes em infraestrutura e turismo (Portal G1 MS, 2024).

Contudo, é importante também considerar outras áreas impactadas por essa rota, incluindo o debate linguístico e educacional. Inicialmente, precisamos esclarecer a que tipo de educação internacional estamos nos referindo.

Na continuidade desses contextos econômicos, deparamo-nos com a necessidade de direcionar nossa atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses ODS representam um conjunto global de metas e objetivos destinados a enfrentar desafios de alcance mundial, com ênfase nas esferas social, ambiental, econômica e institucional.

Nesse contexto global, emerge a urgência de abordar as desigualdades disseminadas pelo mundo, com especial atenção à região denominada Bioceânica. Essa abordagem requer a incorporação de uma multiplicidade de conhecimentos que muitas vezes permanecem invisíveis e subestimados pela modernidade. É importante ressaltar que o termo “reconstrução” aqui é utilizado como parte da retórica gerada pela exaustão intelectual e política predominante no Norte global, frequentemente negligenciando as perspectivas do Sul. Essa negligência pode ser entendida como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo sistema capitalista (De Sousa-Santos, 1995).

Alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) direcionados aos países do sul ou em desenvolvimento estão relacionados ao crescimento econômico sustentável e inclusivo. Esse crescimento é impulsionado pela consideração das circunstâncias nacionais, que se refletem em projeções anuais baseadas no Produto Interno Bruto (PIB). Para alcançar esses objetivos, propõe-se a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento de atividades produtivas, a geração de empregos decentes, o estímulo ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação. Essas políticas abrangem não apenas aspectos econômicos, mas também linguísticos, educacionais e o que é assumido como internacionalização.

A funcionalização mencionada abrange também os aspectos sociais, ao direcionar orientações aos governos para a erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna e do tráfico de pessoas. Essas orientações se concretizam por meio de políticas que visam proibir e eliminar o trabalho infantil em todas as suas formas. Esse conjunto de ideias representa um dos maiores desafios nas regiões de fronteira pelas quais essa Rota irá passar (Da Silva Lunas, Santos Melo y Fernandes da Silva, 2019). Nesse contexto, observamos a interseção dos conceitos econômicos com questões sociais e educacionais, o que reforça a premissa de que a Rota transcende meramente a esfera econômica; ela implica uma combinação de fatores que contribuem para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em relação às questões educacionais, existe um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) específico que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Esse objetivo está expresso no ODS 4, que estabelece metas para o ano de 2030. Portanto, em menos de dez anos a partir do momento em que este artigo escrito, buscamos alcançar esses resultados relevantes e eficazes na área da educação.

Em relação à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo foco principal é coordenar ações para promover e fortalecer as relações econômicas entre os países da região e com outras nações do mundo, identificamos sete iniciativas transformadoras. Essas iniciativas possuem sinergia e uma visão de futuro, abrangendo simultaneamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): (1) Transição energética e indústrias conexas; (2) Bioeconomia: agricultura sustentável e bioindustrialização; (3) Transformação digital; (4) Promoção das exportações de serviços modernos baseados na Internet; (5) Sociedade do cuidado e igualdade de gênero; (6) Turismo sustentável; e (7) Integração econômica regional.

Embora seja um organismo voltado para as questões da América Latina, o destaque dado a essas iniciativas contribui positivamente para a avaliação da Agenda 2030 na região. Isso se deve ao fato de que, conforme relatado no Relatório da ONU Brasil (2023), está ocorrendo uma gradual criação de institucionalidade que fortalece de forma inequívoca as capacidades dos países para debater os desafios futuros, propor soluções, estabelecer parcerias e aprimorar políticas baseadas em evidências.

É notável, portanto, como os desafios que envolvem desde a educação infantil até o ensino superior estão intrinsecamente ligados a aspectos econômicos, tornando-se estratégicos para o desenvolvimento. As teorias sobre sociedade e educação, bem como as tecnologias e suas aplicações revolucionárias, desempenham um papel crucial nessa institucionalidade. Nesse contexto, as universidades desempenham um papel fundamental. Além disso, os Estados desempenham um papel importante ao responder a esses desafios por meio da internacionalização.

No contexto da agenda internacional, a internacionalização desempenha um papel crucial na promoção da cooperação entre países. Isso abrange não apenas o mercado financeiro e o capital global, mas também se fundamenta na ideia de uma 'relação transnacional em espaços geopolíticos'. Essa perspectiva amplia conexões e fortalece a construção de redes de conhecimento, tanto em nível regional quanto global (Cipriani y Selva, 2023: 3).

3. A Política de internacionalização na educação superior brasileira

A internacionalização representa uma estratégia fundamental para o avanço das instituições de ensino e pesquisa universitária em todo o mundo. No entanto, sua operacionalização é um desafio significativo. Ela não apenas contribui para o desenvolvimento do Brasil, mas também beneficia muitos outros países na região sul-americana, especialmente aqueles situados ao longo da Rota Bioceânica. Parra Sandoval (2022: 4) destaca que

En los países europeos, Estados Unidos y Canadá, este proceso ha sido impulsado desde hace décadas no solo por sus instituciones de educación superior, sino incluso por los gobiernos, a partir de políticas deliberadamente orientadas a implementar y respaldar la internacionalización del sector. Tales políticas han sido a su vez promovidas desde organismos internacionales como la Comunidad Europea, la UNESCO, la Asociación Internacional de Universidades. En América Latina, donde el reconocimiento de su importancia se ha acentuado en los últimos años, el proceso también es impulsado por las propias instituciones y por los gobiernos y promovido por IESALC-UNESCO.

Assim mesmo, no contexto brasileiro,

Historicamente, tanto a educação quanto a internacionalização da educação superior no Brasil estão fortemente subordinadas ao Estado e ao Governo Federal [...]. Isto se deve a quatro responsabilidades do Governo Federal: a) definir políticas públicas e implantar mecanismos de regulação no âmbito da educação; b) estabelecer, divulgar e avaliar os resultados alcançados com acordos bi e multilaterais; prever recursos financeiros que viabilizem a participação de estudantes, professor e, sobretudo, de pesquisadores nos programas de mobilidade internacional; d) garantir a participação das universidades públicas e instituições de pesquisa mantidos pelo Estado no processo de internacionalização, preservando os interesses estratégicos do país (Morhy, 2004, citado por Correia Lima y Betioli Contel, ob. cit.: 156).

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Internacionalização do Ensino Superior (IES) é um processo que se baseia em uma arquitetura concebida e implementada com o propósito de contribuir para o desenvolvimento institucional e territorial. Nesse contexto, a competitividade, a produtividade e a experiência do pessoal envolvido no país anfitrião desempenham um papel central.

Ao adotar a diretriz linguística relacionada à IES, a UFMS enfrenta um desafio significativo: proporcionar uma plataforma que apoie eficazmente a comunicação entre alunos e professores envolvidos nesse dinamismo internacional. Isso implica reconhecer a importância dos idiomas desde o nível mais básico, incluindo o acesso a sites em línguas estrangeiras, a leitura e o estudo de documentos, bem como a participação em seminários ministrados em idiomas adicionais. Por isso, a UFMS deve estar atenta ao fato de que a internacionalização não se limita apenas a acordos formais, mas também abrange a habilidade de se comunicar de maneira eficaz em contextos multilíngues. Essa conscientização é fundamental para o sucesso desse processo já que

A promoção da internacionalização do Ensino Superior pode envolver as instituições sob diferentes perspectivas, como poderemos observar a seguir, porém, ao relacioná-la ao uso do inglês, há um envolvimento linguístico direto dos professores. Esse envolvimento ocorre, principalmente, em relação ao uso do EMI (Cabral Bühler, ob.cit.: 1).

É nesse sentido, que destacamos o posicionamento de Conti de Freitas et al (2021: 5768), quando afirmam que:

the internationalization process in many universities in Brazil has been achieving its increasing goals of taking these institutions to a spotlight level in students' mobility just as their publishing goals. A great deal of development happened due to Languages without Borders Program (LwB) and its efforts to supply a second language teaching/learning/use, maximizing the internationalization process, focusing mainly on the English language.

Por outro lado, a pós-graduação é um dos níveis de formação que impulsiona significativamente o intercâmbio de conhecimentos e processos internacionais. Muitas das práticas adotadas nesse contexto têm como base a Agenda Nacional de Pós-Graduação, reconhecendo sua relevância estratégica em:

Estímulo à formação em propriedade intelectual, inovação tecnológica e empreendedorismo, abrindo novas perspectivas para o país, com incentivo para a coparticipação de empresas em linhas de pesquisa científica e tecnológica duradoras; estímulo à atividade de pesquisa nas empresas, fomentando e/ou induzindo a criação de cursos de PG e favorecendo maior absorção de mestres e doutores por empresas; reforma do arcabouço legal, para que as agências de fomento federais estaduais tenham maior flexibilidade no uso dos recursos destinados a C,T&I e que tenham a concordância com os mecanismos adotados pelos órgãos de controle externo (TCU,CGU, AGU e MPU e correspondentes órgãos na esfera controle externo); revisão e simplificação de processos de importação; eliminação dos entraves burocráticos que impedem as atividades de consultoria e assessoria de pesquisadores do Regime Jurídico Único a empresas públicas e privadas, bem como cerceiam a contratação pelo sistema público de consultores privadas, experts nacionais e internacionais; aumento do percentual do PIB investido pelo governo em C,T&I e aumento do investimento privado em C,T &I; integração entre órgãos de Governo para que componham uma agenda estratégica nacional, extrapolando seus programas individuais de fomento, de forma a proporcionar robustez aos investimentos em desenvolvimento e utilização do conhecimento em C,T&I. (Brasil, 2010 citado em Silva Junior y Grello Kato, 2018: 25).

Em um contexto nacional, a política de ensino superior no Brasil, especialmente voltada para os programas de pós-graduação, exige padrões cada vez mais elevados de qualidade e produtividade. Nesse sentido, a presença de pessoal brasileiro altamente qualificado, aliado a acadêmicos estrangeiros inseridos nos programas, tem sido um fator crucial. Essa combinação tem sido aplicada ao longo de vários anos como uma fórmula para alcançar objetivos de excelência, oferecer ensino superior de alto nível e competir nos rankings globais mais importantes. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os sistemas de ensino superior, incluindo os de pós-graduação na região, seguem essa mesma lógica. Dentro do próprio Brasil, enfrentamos assimetrias significativas (Nazareno y Ferraz Herbetta, 2019).

Atualmente, a busca por qualidade implica a implementação de uma estrutura abrangente para avaliar procedimentos, práticas e resultados relacionados à internacionalização. Essa abordagem não é exclusiva do Brasil; globalmente, diversos países também adotam sistemas próprios de regulação e avaliação da qualidade universitária. No contexto brasileiro, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha um papel fundamental nesse processo, por meio de uma política institucional que se concentra em cinco áreas de atuação:

1) evaluación del programa de posgrado stricto sensu; 2) acceso y difusión de la producción científica; 3) inversiones en la formación de recursos de alto nivel en el país y en el exterior; 4) promover la cooperación científica internacional; y 5) inducción y promoción de la formación docente inicial y continua para la educación básica en formatos presenciales y a distancia. CAPES ha sido determinante para los éxitos alcanzados por el sistema nacional de graduados, tanto en la consolidación del marco actual, como en la construcción de los cambios que demandan el avance del conocimiento y las demandas de la sociedad (CAPES, 2019: 1).

Como ponto de partida para nossas análises das políticas de internacionalização, concentramo-nos nos primeiros estágios da Rota Bioceânica. Essa rota envolve quatro países, cada um com sua própria história e particularidades. A complexidade e a diversidade desses contextos podem ser interpretadas de maneira positiva ou negativa, dependendo dos interesses do projeto e dos Estados envolvidos. É relevante ressaltar que

De la misma manera que en el mundo corporativo, las instituciones de educación superior (IES), o sea, responden al fenómeno de la globalización por diversos motivos, usan determinada estrategia en un proceso que no necesariamente es lineal, y que muchas veces es heterogéneo, ya que puede asumir diversas formas. En el contexto de la internacionalización de la educación superior, el concepto de globalización se sitúa en el marco de la teoría política⁵ (Zilberberg y Pinto de Almeida, 2023: 2).

⁵ TRADUÇÃO DO ORIGINAL EM ESPANHOL: Tal como no mundo empresarial, as instituições de ensino superior (IES), ou seja, as que respondem ao fenómeno da globalização por razões diversas, utilizam uma determinada estratégia num processo que não é necessariamente linear, e que é

Na interseção da Geopolítica, Soberania e Estado, encontramos interesses compartilhados que moldam e influenciam a dinâmica internacional. No entanto, mesmo ao considerar a importância da integração entre os países, cada nação mantém suas próprias agendas, alinhadas com suas políticas internas em diferentes níveis: macro, meso e micro.

Ao refletirmos sobre as políticas de internacionalização na educação superior, adentramos em territórios além dos meros conteúdos das políticas e das políticas sociais. Nesse contexto, colhemos informações para conceber uma política de educação internacionalizada que transcenda o âmbito meramente acadêmico, transformando-se em uma política cultural funcionalizada por meio de políticas linguísticas. Essa abordagem integrada visa resolver os desafios decorrentes das diversas formas de integração que se apresentarão nos próximos passos dessa jornada, especialmente em um contexto sul-sul marcado por diferenças.

Quando consideramos a educação como parte das políticas públicas e sociais, estamos também reconhecendo seu papel na construção de políticas culturais. No caso específico da Rota Bioceânica, que conecta diferentes regiões através de vias terrestres e marítimas, ressignificamos a noção de inclusão. Essa ressignificação vai além das questões tradicionais de raça, etnia, gênero, sexualidade e deficiências. Aqui, a inclusão também abrange as línguas faladas e escritas, criando um espaço de coexistência para o português do Brasil, o guarani e o espanhol. Essas línguas, oficialmente denominadas “línguas bioceânicas”, desempenham um papel fundamental na promoção da compreensão mútua e na construção de pontes entre culturas e povos.

A ressignificação aqui proposta reflete o impacto que projetos dessa natureza têm sobre as mentes daqueles que pesquisam ou refletem sobre objetos de conhecimento. Trata-se de um processo necessário, especialmente diante do receio de uma abordagem monolíngue. Esse receio pode tanto promover o monolinguismo como uma tecnologia linguística quanto, ainda pior, reforçar a supremacia do inglês em detrimento do espanhol ou do português. Assim,

Embora a importância das línguas para a internacionalização da educação seja evidente, um olhar mais atento às políticas linguísticas voltadas ou direcionadas a esse processo, especialmente no Brasil, levamos a pressupor que há um modo moderno/colonial/capitalista nessa dinâmica (Guimarães y Silva, 2022: 2).

A suposição que estamos explorando é responsável por introduzir conceitos situacionais provenientes das epistemologias do sul. Essas epistemologias abrangem a hegemonia, a contradição e a cultura, e têm a capacidade de debater a presença ou ausência da invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais que não são assimiladas pelo conhecimento ocidental. Esses elementos fundamentam a internacionalização da educação.

Essa discussão também está relacionada à construção da identidade local, que se manifesta na criação de rankings acadêmicos globais. Esses rankings incluem indicadores de internacionalização, que são determinados pelas escolhas das instituições de ensino. No entanto, essas escolhas muitas vezes são informadas por listagens que destacam os países mais procurados, resultando em uma menor procura por países da América Latina.

Ao adotarmos essa perspectiva para resolver nossos desafios, avançamos alguns passos na compreensão de que todos os projetos educacionais têm como objetivo a formação humana. No contexto atual do sistema de produção capitalista, tais projetos requerem autorreflexão, autocrítica e o desenvolvimento de um arcabouço sólido de pensamento que nos conduza a políticas educacionais mais abrangentes e contextualizadas.

4. Indícios (em construção) de Políticas Educativas e Linguísticas específicas

A internacionalização no ensino superior tem emergido como uma tendência robusta atualmente. Além disso, é reconhecida como uma atividade intrínseca às universidades (Baeta Neves y Deo Oliveira Barbosa, 2020). Nesse contexto, dois fatores se destacam: o mercado e a governabilidade institucional. Esses elementos sociais caracterizam os modelos contemporâneos de internacionalização do ensino superior (IES). A relevância dessa tendência transcende o âmbito acadêmico, conferindo à universidade prestígio e uma sensação de qualidade. Por outro lado, o termo ‘IES’ também está associado ao globalismo e à globalização.

muitas vezes heterogêneo, pois pode assumir várias formas. No contexto da internacionalização do ensino superior, o conceito de globalização situa-se no quadro da teoria política.

Destacam-se, neste contexto, o mercado e a governabilidade institucional como duas construções sociais que caracterizam os modelos mais contemporâneos de Internacionalização do Ensino Superior (IES). Essa tendência, dentro da lógica de toda a comunidade universitária, adquire dimensões simbólicas que conferem à Universidade maior prestígio e uma sensação de qualidade. Por outro lado, o termo IES também está associado ao globalismo ou à globalização. A tal respeito, Akkari (2011: 21) refere o seguinte:

“Globalização” é um neologismo proveniente do inglês “globalization”, que seria a última etapa de um processo de mundialização quase tão antigo quanto a humanidade. Os dois termos, “globalization” e “mundialization”, são utilizados no mundo francófono na maioria das vezes de forma alternada. No entanto, a economia global atual não é equivalente à economia mundial que já existe desde o século XVI.

A instituição de ensino superior (IES) adquirirá uma compreensão abrangente que transcende os limites de um único território. Essa compreensão abarca aspectos territoriais, sociais, políticos e geopolíticos. O foco principal dessa IES é a Educação, e ela está associada a um processo de competitividade, busca pela qualidade e posicionamento em relação a universidades consideradas desenvolvidas.

No campo científico das relações internacionais, há um esforço contínuo para aprofundar o conhecimento sobre os processos de integração regional. A União Europeia (UE) é um exemplo notável de sucesso nesse sentido. Ela demonstra resultados positivos ao unificar interesses nacionais em prol dos interesses regionais. Tais êxitos são oriundos de uma política de desenvolvimento regional (PDR) que tem priorizado três eixos: a convergência de interesses dentro dos países e entre eles; a competitividade regional; e a cooperação territorial e econômica europeia. Todos esses eixos são suportados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Prolo, Correia Lima; Canto Moniz, 2019).

No contexto global, a cooperação entre países desempenha um papel crucial na busca por desenvolvimento e progresso. Exemplos como o Programa Erasmus+ da União Europeia, o Programa OEA-GBUC nas Américas e o programa Fulbright demonstram como a colaboração entre nações pode gerar oportunidades significativas para seus cidadãos.

Ao considerarmos a Rota Bioceânica, que conecta o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Chile, é importante analisar as condições específicas de existência nesses países. Suas histórias, sociedades, políticas e culturas entrecruzam-se, criando um cenário complexo e multifacetado. Nesse contexto, a cooperação regional pode ser um catalisador para o desenvolvimento, com políticas educacionais e linguísticas que promovam o respeito mútuo e a convergência entre Estados, regiões e continentes podem impulsionar avanços. No entanto, também devemos reconhecer os desafios inerentes, como o embate entre lógicas capitalistas e tendências progressistas.

Historicamente, um dos debates e desafios mais significativos concentra-se na Educação como motor de desenvolvimento, libertação e integração em âmbito local, regional, nacional e internacional. Essa premissa baseia-se na compreensão de que as políticas educacionais e linguísticas devem garantir o direito fundamental à educação para todos, independentemente de fronteiras e nacionalidades. Além disso, é essencial que essa educação respeite a diversidade e a multiculturalidade, que são moldadas pelas línguas faladas nos diferentes espaços de existência, especialmente no contexto educacional.

No entanto, a internacionalização do Ensino Superior (IES) apresenta desafios complexos em escala global. Essas mudanças não são observadas em outras instituições sociais ou políticas de um país. Por um lado, cada universidade e país concebe e interpreta a internacionalização de maneira particular. Por outro lado, nem todas as instituições de ensino superior têm a capacidade de aderir à internacionalização nos mesmos termos. A IES, como uma quarta missão da universidade, exige autogerenciamento e desenvolvimento específicos para enfrentar esses desafios (Seabra Santos y Almeida Filho, 2012; Leal y Tavares Silva, 2023).

A internacionalização, enquanto aspiração renovada das Instituições de Ensino Superior (IES) ou de outras naturezas, como as de Ciência e Tecnologia (ICT), está intrinsecamente relacionada a diversas áreas sociopolíticas que a condicionam. Nesse contexto, ela se configura como uma questão central de governança institucional, conforme apontado por Leal y Osório (2022). Além disso, Acosta-Silva, Ganga-Contreras e Rama-Vitale (2020) destacam que las relaciones entre políticas públicas, gobernanza y desempeño institucional en el campo de la educación superior suelen ser empíricamente difusas. No hay una relación directa, causal, entre estos componentes de la acción pública en la explicación, descripción y análisis de los problemas del gobierno, la eficacia directiva, o el impacto de la productividad académica de las organizaciones de educación superior en su desempeño institucional (p. 2).

A governança das Instituições de Ensino Superior (IESup) aborda a gestão linguística como um meio de impulsionar sua internacionalização. Isso envolve compreender os processos relacionados às políticas públicas do ensino superior, como mobilidade docente e estudantil, pesquisa interuniversitária, ensino e extensão com professores visitantes estrangeiros. No entanto, essa abordagem educacional coexiste com a política linguística. Portanto, é necessário considerar tanto a internacionalização quanto a educação dentro desses dois contextos, especialmente à luz da Rota Bioceânica. Neste sentido, a política linguística, segundo Calvet (2002), “é um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social e de planejamento linguístico, a implementação concertada de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato” (p. 133). A interconexão entre a universidade e a região é uma questão fundamental, pois estabelece um vínculo que acolhe e fomenta uma atmosfera de intercâmbio intercultural e comunicação por meio das diferentes línguas.

As IESup têm um papel fundamental no processo intercultural, tradicionalmente associado à participação dos diversos atores sociais. Nesse contexto, é crucial que todos os membros da comunidade universitária compreendam esse processo. Além disso, devemos considerar esses elementos não apenas sob a perspectiva das estruturas governamentais que regem as instituições, mas também reconhecer o ser humano como um problema de ordem social e como um agente cultural que ocupa um espaço – ou, em termos sócio-políticos, um território.

A internacionalização, ao se tornar o mais recente foco das instituições, está intrinsecamente relacionada a outras áreas sociopolíticas que a complementam, configurando-se, portanto, como uma questão de governança institucional. Essa perspectiva é enfatizada por Acosta-Silva, Ganga-Contreras e Rama-Vitale (2020) quando afirmam que

las relaciones entre políticas públicas, gobernanza y desempeño institucional en el campo de la educación superior suelen ser empíricamente difusas. No hay una relación directa, causal, entre estos componentes de la acción pública en la explicación, descripción y análisis de los problemas del gobierno, la eficacia directiva, o el impacto de la productividad académica de las organizaciones de educación superior en su desempeño institucional⁶ (p. 2).

A compreensão das exigências da IESup envolve considerar tanto a globalização quanto a regionalização. Tomemos como exemplo a *Rota Bioceânica*. Isso requer uma orientação epistemológica prévia, embora essa abordagem não exclua a possibilidade de os indivíduos expressarem dinâmicas e simbolismos relacionados a um processo que é cada vez mais discutido, mesmo que muitos não tenham uma compreensão precisa do que ele realmente envolve. Em termos mais concretos, a IES é tanto causa quanto efeito das políticas educacionais e linguísticas. Para muitos gestores, ela é vista como uma solução que dinamizará a universidade e eliminará qualquer ineficiência ou ignorância.

A interconexão entre a universidade e a região é uma questão fundamental, pois estabelece um vínculo que acolhe e fomenta uma atmosfera de intercâmbio intercultural e comunicação por meio das diferentes línguas “[...] a relação transnacional em espaços geopolíticos, a exemplo dos países da União Europeia, ampliando conexões e potencializando a construção de redes de conhecimento em nível regional ou, até mesmo, em contexto global” (Moreles, Jiménez y Canan, 2022: 1048).

Esta tese convida-nos a pensar se esta dualidade liberdade/determinismo, em termos de distância conceitual e prática, nos leva a constatar que o projeto de internacionalização é um projeto que produz e celebra o intercultural; internacionalizar seria, em todo o caso, fazer de uma única região um ambiente em que muitos podem aprender e cooperar, e isso requer planejamento a nível de política pública para Educação e Língua. É por isso que, “a educação superior, contraditoriamente, pode tanto fazer parte de um processo ‘desinteressado’ de interculturalidade e de integração de campos sociais acadêmicos como um setor de serviços em processo de transnacionalização ‘interessado’ na formação de um mercado mundial” (Monteiro y Selpa, 2015).

Neste sentido, é requerido certo detalhe nas tradições e lógicas de organização governamental também, não só das instituições, mas também do homem como problema de ordem social, como ocupante cultural de um espaço, ou em termos sócio-políticos de um território. Para este conceito adopta-se o seguinte:

⁶ TRADUÇÃO DO ORIGINAL EM ESPANHOL: As relações entre políticas públicas, governação e desempenho institucional no domínio do ensino superior são muitas vezes empiricamente difusas. Não existe uma relação direta e causal entre estas componentes da ação pública na explicação, descrição e análise dos problemas de governação, da eficácia da gestão ou do impacto da produtividade académica das organizações de ensino superior no seu desempenho institucional.

O território perpassa por um conceito usual que corresponde a uma área do espaço delimitado por fronteiras, a partir de uma relação que implica posse ou propriedade, ou seja, do território com a sociedade. Fica evidente, então, nesta reflexão inicial, que toda e qualquer ação que a sociedade desenvolve acontece e materializa-se no território, por meio de relações sociais entre os níveis mais diferenciados nas escalas local, nacional e global, interferindo na vida social, política, econômica e cultural das sociedades. O território resulta, enfim, da ação cultural do grupo, e o apego a determinado espaço se dá não pelo espaço em si, mas por aquilo que os indivíduos constroem naquele lugar. Assim, os valores culturais que ligam de forma identitária os sujeitos no espaço são fundamentais (Dorsa, 2023: 1).

O desenvolvimento nos termos da agenda, imposta pela *Rota bioceânica*, para a educação se apresenta como progresso qualitativo, com uma visão mais de processo que de produto e acumulação. O progresso material, extremamente importante e necessário para o crescimento dos territórios e de suas comunidades, por vezes, impede que as IES se desenvolvam como processo sociocultural. Assim, o progresso material e o desenvolvimento sociocultural como práticas de desenvolvimento bem-sucedidas são posições complementares e não díspares, isto porque, em termos de progresso dos territórios e das suas comunidades, trata-se de um "progresso cognitivo", que não nada mais é do que o progresso relacionado às aspirações intelectuais da ciência.

5. Conclusões

A internacionalização da Educação Superior, de forma singular, torna-se uma área estratégica para o desenvolvimento, expansão e qualidade da educação superior brasileira e, neste caso, sub-regional. Essa área envolve a consideração e a análise de questões como a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, a revalidação de diplomas de graduação e o reconhecimento de estudos de pós-graduação, o ensino, a extensão e a pesquisa internacional/interinstitucional, o intercâmbio linguístico e a comunicação, como conteúdos de suas agendas.

Neste texto levanta-se a resignificação da educação como processo inclusivo, que prevê a promoção da cidadania regional, da cultura de paz, da diplomacia universitária e do respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente, atenta às políticas educacionais e linguísticas. E, em decorrência do anterior, desenvolver-se pressupõe a possibilidade não só de compreender suas práticas sociais e educacionais, mas também de gerar a partir delas tecnologia e teoria social, ambas fundamentais para subsidiar e abordar as análises de forma qualitativo-quantitativa para os países impactados pela *Rota Bioceânica*.

Em síntese, ainda que nossas reflexões sejam iniciais, aguardamos da sinergia entre língua, educação e internacionalização sua permanência como problema administrativo-organizacional, com capacidade de aproximar-se do Sul e, em decorrência dessa pretensão, a especificação de políticas educativas e linguísticas, que tenham objetivos edificadas no/pelo conhecimento dos conflitos linguísticos como impeditivos da cooperação dos participantes do processo. Dito de outro modo, chegando à quilometragem final, políticas educativas e linguísticas constituídas como rotas para compreensão das dificuldades que temos (o Brasil), e talvez eles (Chile, Argentina e Paraguai) também, em aprender com a América do Sul, o que *per se* reivindica a urgência de aprendizagens que permitam a reinvenção do nosso continente, inicialmente, por esses 4 países.

Referências bibliográficas

Acosta-Silva, A., Ganga-Contreras, F., & Rama-Vitale, C. (2021). Gobernanza universitaria: enfoques y alcances conceptuales. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 12(33), 3-17. <https://doi.org/10.22201/iisue.20072872e.2021.33.854>

Akkari, A. (2011). *Internacionalização das políticas educacionais: Transformações e desafios*. Editora Vozes.

Baeta Neves, C., & De Oliveira Barbosa, M. (2020). Internationalization of higher education in Brazil: Advances, obstacles, and challenges. *Sociologias*, 22(54), 1-24. <https://doi.org/10.1590/15174522-99656>

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, UNESCO, & UNICEF. (2021). *O estado da crise global da educação: Um caminho para a recuperação*. <https://www.unicef.org/media/112461/file/The%20State%20of%20the%20Global%20Education.pdf>

Barreto, M., & Leal, F. (2021). Globalização, (de)colonialidade e (contra)hegemonia no contexto da internacionalização da educação superior: O grito surdo da academia. *Revista Eletrônica de Administração (REAd)*, 27(2), 313-342. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.316.103166>

Cabral Bührer, É. (2021). Internacionalização no ensino superior: (Des)vantagens e desafios no contexto de universidade estadual do sul do Brasil. *Forum Linguisticum*, 18(1), 5689-5700. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/72034>

Calvet, L. J. (2002). *Sociolinguística: Uma introdução crítica*. Parábola Editorial.

Capes Brasil. (2023). Painel debate Programa de Internacionalização da CAPES. <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/painel-debate-programa-de-internacionalizacao-da-capes>

Cipriani, A., & Selpa, M. (2023). Internacionalização da educação superior em contextos emergentes: A produção recente em teses e dissertações no Brasil. *Interações*, 24(2), 591-605. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i2.3895>

Conti de Freitas, C., Castro Brossi, G., & Rosa-da-Silva, V. (2021). Pequenos passos e grandes mudanças: Enfrentando a internacionalização como uma comunidade. *Forum Linguisticum*, 18(1), 5766-5778. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/73446>

Correia Lima, M., & Betioli Contel, F. (2011). *Internacionalização da educação superior: Nações ativas, nações passivas e geopolítica do conhecimento*. Alameda Casa Editorial.

Costin, C. (2020). Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo: Impactos da pandemia. *Estudos Avançados*, 34(100), 59-72. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.004>

Da Silva Lunas, J., Santos Melo, A., & Fernandes Da Silva, M. (2019). Desafios para o Corredor Bioceânico e suas potencialidades turísticas: A questão da livre circulação de pessoas. *Interações*, 20(spe). <https://doi.org/10.20435/inter.v20iespecial.2328>

De Sousa Santos, B., & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina.

De Sousa Santos, B. (1995). *Um discurso sobre as ciências* (7ª ed.). Edições Afrontamento.

Dorsa, A. (2023). O território cultural: Espaço de saberes e paisagens construídas. *Interações*, 24(1), e2444223. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i1.4013>

Guimarães, R., & Silva, K. (2022). Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: Um olhar decolonial a partir dos institutos federais. *Revista Linguagem em Foco*, 14(1), 33-56. <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8529>

Leal, F. G., Stallivieri, L., & Barreto, M. (2018). Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem? *Revista Internacional de Educação Superior*, 4(1), 52-73. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650638>

Leal, L., & Osório, A. (2022). Internacionalización de la educación superior y gubernamentalidad en la universidad brasileña. En *16ª Reunião Regional da ANPEd Centro Oeste, 2022, Campo Grande: PODER, POLÍTICA E DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO* (Vol. 1, pp. 1-5). UEMS. http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/47/10986-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf

Leal, L., & Tavares Silva, F. (2023). Práticas educativas comparadas, geopolítica e território cultural: a internacionalização no Projeto Bioceânica Educativa/FUNDECT MS/CNPq. *Interações*, 24(4), e2444223. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i4.4223>

- Maturana, H. (2001). *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana*. Editora UFPE.
- Monteiro, E., & Selpa, M. (2015). *Internacionalização da Educação Superior: Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica*. Edifurb.
- Moreles, J., Jiménez, S., & Canan, S. (2022). La política de internacionalización de la Educación Superior: Efectos, brechas y asimetrías persistentes. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 30(117), 1047–1068. <https://doi.org/10.1590/S0104-403620220003002939>
- Nazareno, E., & Ferraz Herbetta, A. (2019). A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 103–112. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v24n2/a02v24n2.pdf>
- Organização das Nações Unidas – Brasil. (2023). Financiando o Desenvolvimento Sustentável 2023. <https://brasil.un.org/pt-br/239961-financiando-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-2023#:~:text=0%20relat%C3%B3rio%20Financiando%20o%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%202023>
- Parra-Sandoval, M. C. (2022). Internacionalização da educação superior: o que está subjacente ao discurso da UNESCO e da OCDE. *Revista Internacional de Educação Superior*, 8(1), e022013. <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8660706>
- Pasquariello, K., & Goulart, R. (2021). Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. *Revista Lua Nova*, 112, 147–179. <https://doi.org/10.1590/0102-147179/112>
- Portal G1 MS. (2024). Megaestrada Brasil-Chile: Começa a construção do acesso que liga a BR-267 a Ponte da Bioceânica. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/09/20/megaestrada-brasil-chile-comeca-a-construcao-do-acesso-que-liga-a-br-267-a-ponte-da-bioceanica.ghtml>
- Prolo, I., Correia Lima, M., & Canto Moniz, G. (2019). UNILA: A universidade como vetor da integração regional. *Educação & Sociedade*, 40, e0189894. <https://www.scielo.br/ijes/a/Ck5q6BWZMg6QftR48jRkqgg/?format=pdf>
- Seabra Santos, F., & Almeida Filho, N. (2012). *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento* (pp. 238). Editora da Universidade de Brasília/Coimbra University Press.
- Silva Júnior, J., & Grello Kato, F. (2018). A Política de Internacionalização da Pós-Graduação stricto sensu brasileira: Breves considerações sobre a atual política da CAPES. En Alves Ferreira, V. (Org.), *Políticas e avaliação da Pós-Graduação stricto sensu: da inserção social local à internacionalização*. Universidade Católica de Brasília. <https://www.researchgate.net/publication/323199140>
- Todos pela Educação. (2021). *A educação no Brasil: Uma perspectiva internacional*. https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf
- Zilberberg, L., & Pinto de Almeida, M. de L. (2023). Sentido e alcance de la internacionalización de la Educación superior: análisis de los temas de las conferencias de la Association of International Educators (NAFSA) (2001–2023). *RELAPAE*, 19, 17–29. <https://revistas.untref.edu.ar/index.php/relapae/article/view/1810>

Fecha de recepción: 23-4-2024

Fecha de aceptación: 10-6-2024